

incluindo as despesas e os pagamentos com locação e aquisição de bens móveis e de serviços e a correspondente contratação e execução, bem como a renovação e a atualização de preços nos termos contratados, até ao valor de 5.000 euros;

b) Autorizar o pagamento, pelo valor global ou em parcelas, de quaisquer despesas cuja realização tenha sido prévia e superiormente autorizada, até ao limite indicado na alínea a) do n.º 4 da deliberação do conselho diretivo do IHRU, I. P., n.º 1.593/2012, de 31 de outubro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 217, de 9 de novembro de 2012;

c) Autorizar ajudas de custo, abonos e quaisquer outros encargos devidos com deslocações em serviço, em território nacional, com exceção do transporte aéreo.

2 — Autorizar o coordenador do GRC acima identificado a subdelegar num dos técnicos superiores daquela unidade orgânica o exercício de todas e qualquer das competências ora subdelegadas durante as suas ausências e impedimentos.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 22 de outubro de 2012, ficando, como tal, ratificados todos os atos praticados pela identificada dirigente no âmbito dos poderes agora subdelegados desde aquela data.

18 de fevereiro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Luís Maria Gonçalves*.

206779697

Despacho n.º 3234/2013

Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 41.º do Código do Procedimento Administrativo, no n.º 3 do artigo 5.º da Lei Orgânica do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 175/2012, de 2 de agosto, e considerando as competências próprias dos dirigentes intermédios de 1.º grau previstas no n.º 1 do artigo 8.º e anexo ii da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação vigente, bem como os termos da deliberação do conselho diretivo do IHRU, I. P., n.º 1.593/2012, de 31 de outubro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 217, de 9 de novembro de 2012, decido:

1 — Subdelegar na licenciada Maria Paula de Almeida Pereira, diretora da Direção de Gestão do Património (DGP), unidade orgânica de primeiro nível do IHRU, I. P., na minha direta dependência e do meu pelouro na parte relativa ao Departamento de Gestão de Obras (DGO), a competência para, em geral, praticar todos os atos de gestão corrente do DGO, incluindo assinar a correspondência, o expediente, declarações e outros documentos, com a aposição do selo branco em uso no IHRU, I. P., se for o caso, e, em especial, para:

a) Autorizar e praticar todos os atos necessários à realização de quaisquer despesas relativas ao funcionamento do DGO, incluindo as despesas e os pagamentos com locação e aquisição de bens móveis e de serviços e a correspondente contratação e execução, bem como a renovação e a atualização de preços nos termos contratados, até ao valor de 5.000 euros;

b) Autorizar o pagamento, pelo valor global ou em parcelas, de quaisquer despesas cuja realização tenha sido prévia e superiormente autorizada, até ao limite indicado na alínea b) do n.º 6 da deliberação do conselho diretivo do IHRU, I. P., n.º 422/2012, de 27 de fevereiro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 55, de 16 de março de 2012;

c) Autorizar ajudas de custo, abonos e quaisquer outros encargos devidos com deslocações em serviço, em território nacional, com exceção do transporte aéreo;

d) Praticar todos os atos de aprovação e autorização inerentes a procedimentos de contratação de empreitadas de obras de reparação, construção ou reabilitação de imóveis da propriedade do IHRU, I. P., até ao valor fixado na alínea a);

e) Outorgar, em representação do IHRU, I. P., contratos de empreitadas de obras de reparação, conservação ou reabilitação de imóveis da propriedade do Instituto, em concretização de aprovação superior e dos procedimentos legais aplicáveis ao caso, e assinar quaisquer documentos ou requerer quaisquer atos complementares dos mesmos;

f) Acompanhar a execução dos contratos referidos na alínea anterior e, nesse âmbito, visar e homologar os autos de consignação, de vistoria e de medição de trabalhos de obra, bem como os autos de receção provisória e definitiva, e autorizar a libertação ou levantamento das garantias prestadas;

g) Homologar e ou aprovar os projetos de obras da responsabilidade do serviço cuja execução tenha sido superiormente autorizada, assim como nomear o coordenador de segurança em obra e aprovar os planos de segurança e saúde;

h) Autorizar adjudicações de empreitadas e fornecimentos de obras ou adicionais a contratos cujo valor acumulado não exceda o limite previsto na alínea a), bem como aprovar erros e omissões de projeto

reclamados pelos interessados em fase de concurso, desde que os mesmos não consubstanciem alterações ao preço base do concurso;

i) Designar júris para procedimentos de contratação de empreitadas e de fornecimentos de obras públicas;

j) Aprovar os cálculos de revisão de preços e contas finais das empreitadas que decorram da aplicação do contrato ou da lei.

2 — Autorizar a identificada diretora da DGP a subdelegar no ordenador do DGO as referidas competências, com o limite máximo de 2.500 euros no caso da alínea a) do número anterior, bem como o exercício de todas e qualquer das competências ora subdelegadas quando a substitua nas suas ausências e impedimentos.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 4 de outubro de 2012, ficando, como tal, ratificados todos os atos praticados pela identificada dirigente no âmbito dos poderes agora subdelegados desde aquela data.

18 de fevereiro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Luís Maria Gonçalves*.

206779989

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso (extrato) n.º 2927/2013

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 151, de 05 de agosto de 2010, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2012, com a trabalhadora Paula Raquel Estafero Santiago, para o exercício de funções correspondentes à categoria de enfermeiro, da carreira especial de enfermagem, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES da Lezíria I — Ribatejo, com a remuneração definida nos termos do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 122/2010, de 11 de novembro, correspondente a 1.020,06€.

Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º da LVCR ex-vi n.º 2 e 3 do artigo 73.º do RCTFP, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Gorete Freitas Lopes, Enfermeira.

Vogais efetivos: Maria Albertina Saramago Mendonça, Enfermeira Chefe, que substituirá a Presidente nas suas faltas ou impedimentos, e Verónica Heitor Tavares Rodrigues, Enfermeira.

Vogais suplentes: Maria Olinda Firmo Casimiro Inglês Nepomuceno, Enfermeira, e Sara Isabel Duarte Silva Valbom, Enfermeira.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto no n.º 1, do artigo 19.º, do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro.

7 de fevereiro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre*.

206775816

Aviso (extrato) n.º 2928/2013

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 234, de 3/12/2009, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 1 de julho de 2011, com o trabalhador Andreia Luísa Rodrigues Pereira, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira de técnico de informática adjunto, a prover no Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa IV — Oeiras, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., ficando posicionado na categoria de técnico de informática adjunto de nível 1, no escalão 1, com a remuneração mensal correspondente a 683,13€.

Para efeitos do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, o júri do período de estágio terá a seguinte composição:

Presidente: João Paulo Silva Santos Dias Lucas, técnico de informática

Vogais: Antónia Rijo Milheiro Marques Aparício, Assistente Técnica e Coordenadora da U. A. G, e Ana Maria Oliveira Morais, Assessor Laboratório.

O período de estágio inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de seis meses, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março.

19 de fevereiro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale Tejo, I. P., *Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre*.

206741503

Aviso (extrato) n.º 2929/2013

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de Procedimento concursal aberto por aviso 11801/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio de 2011, com retificação publicada no *Diário da República* 2.ª série, n.º 109, de 8 de junho de 2011, na Declaração de Retificação n.º 957/2011 foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 15 de outubro de 2012, com a trabalhadora Maria Graça Ramos Rodrigues, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P./Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II/Seixal-Sesimbra, com a remuneração correspondente às 1.ª e 2.ª posições remuneratórias intercalares da respetiva categoria, correspondente a 518,35€.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Para efeitos do disposto no artigo 12.º e 21.º da Lei n.º 12.º A/2008, de 27 de fevereiro e no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Joaquim Manuel Gaio Figueira, Técnico Superior.

Vogais efetivos: Umbelina Izidora Galhardo dos Santos, Técnica Superior, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos e Sandra Cristina Pontes Ribeiro, Assistente Técnica.

Vogais suplentes: Maria Gabriela Gomes Duarte Pinto Sobral, Assistente Técnica e Elizabeth Gomes Vieira, Assistente Técnica.

19 de fevereiro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale Tejo, I. P., *Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre*.

206740207

Aviso (extrato) n.º 2930/2013

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso 11801/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio de 2011, com retificação publicada no *Diário da República* 2.ª série, n.º 109, de 8 de junho de 2011, na Declaração de Retificação n.º 957/2011 foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 15 de outubro de 2012, com a trabalhadora Ana Isabel Oliveira Morais da Silva, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II/Seixal-Sesimbra, com a remuneração correspondente às 1.ª e 2.ª posições remuneratórias intercalares da respetiva categoria, correspondente a 487,46€.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Para efeitos do disposto no artigo 12.º e 21.º da Lei n.º 12.º A/2008, de 27 de fevereiro, e no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Umbelina Izidora Galhardo dos Santos, Técnica Superior.

Vogais efetivos: Joaquim Manuel Gaio Figueira, Técnico Superior, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos e Maria Francisca Coelho Rita Cardoso Mourato, Assistente Operacional.

Vogais suplentes: Maria Júlia Matos Pereira Sousa, Assistente Técnica e Margarida Paula Alexandra Rodrigues Assunção, Assistente Técnica.

19 de fevereiro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale Tejo, I. P., *Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre*.

206779704

Aviso (extrato) n.º 2931/2013

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de Procedimento concursal aberto por aviso 11801/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio de 2011, com retificação publicada no *Diário da República* 2.ª série, n.º 109, de 8 de junho de 2011, na Declaração de Retificação n.º 957/2011 foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 15 de outubro de 2012, com a trabalhadora Maria Emília Ventura Almeida Nunes, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P./Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II /Seixal-Sesimbra, com a remuneração correspondente às 1.ª e 2.ª posições remuneratórias intercalares da respetiva categoria, correspondente a 518,35€.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Para efeitos do disposto no artigo 12.º e 21.º da Lei n.º 12.º A/2008, de 27 de fevereiro e no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Joaquim Manuel Gaio Figueira, Técnico Superior.

Vogais efetivos: Umbelina Izidora Galhardo dos Santos, Técnica Superior, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos e Sandra Cristina Pontes Ribeiro, Assistente Técnica.

Vogais suplentes: Maria Gabriela Gomes Duarte Pinto Sobral, Assistente Técnica e Elizabeth Gomes Vieira, Assistente Técnica.

19 de fevereiro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale Tejo, I. P., *Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre*.

206780043

Aviso (extrato) n.º 2932/2013

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso 11801/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio de 2011, com retificação publicada no *Diário da República* 2.ª série, n.º 109, de 8 de junho de 2011, na Declaração de Retificação n.º 957/2011 foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 15 de outubro de 2012, com a trabalhadora Carla Sofia Cotrim Marques Ribeiro, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P./Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II /Seixal-Sesimbra, com a remuneração correspondente às 3.ª e 4.ª posições remuneratórias intercalares da respetiva categoria, correspondente a 621,34€.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Para efeitos do disposto no artigo 12.º e 21.º da Lei n.º 12.º A/2008, de 27 de fevereiro e no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Umbelina Izidora Galhardo dos Santos, Técnica Superior.

Vogais efetivos: Joaquim Manuel Gaio Figueira, Técnico Superior, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos e Rui Miguel Roça de Matos, Assistente Técnico.

Vogais suplentes: Guida Patrícia Amaro Rodrigues, Assistente Técnica e Margarida Isabel Jorge Felício, Assistente Técnica.

19 de fevereiro de 2013 — O Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale Tejo, I. P., *Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre*.

206779883

Aviso (extrato) n.º 2933/2013

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso 11801/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio de 2011, com retificação publicada no *Diário da República* 2.ª série, n.º 109, de 8 de junho de 2011, na Declaração de Retificação n.º 957/2011 foi celebrado